

Projeto de Ensino

LABORATÓRIO DE DIREITO

Cássia Luciana de
Melo Lima



Produto Educacional

Projeto de Ensino

LABORATÓRIO DE DIREITO

Cássia Luciana de
Melo Lima

Produto Educacional

Porto Velho- RO
2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO
Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Autora: Cássia Luciana de Melo Lima

Orientação: Prof. Dra. Iza Reis Gomes Ortiz

Projeto Gráfico/ Diagramação: Me. Augusto Rodrigues

Ilustrações: Pinterest/ Banco de Imagens

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L733p Lima, Cássia Luciana de Melo.

Projeto de ensino laboratório de direito / Cássia Luciana de Melo Lima - Porto Velho, Rondônia, 2021. 25f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iza Reis Gomes Ortiz.

Produto Educacional (Mestrado Profissional) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Bibliografia: p.24.

1. Aprendizagem Baseada em Projetos. 2. Curso técnico. 3. Direito. 4. Teoria e prática. 5. Produto Educacional. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. II. Ortiz, Iza Reis Gomes. III. Título

CDD- 340.013

Bibliotecária Responsável Miriã Santana Veiga CRB 11/898



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição -Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional. Para ver uma cópia dessa licença visite https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR

Sumário

pg. 5	APRESENTAÇÃO
pg. 6	Como usar este material
pg. 8	Porque estudar direito na educação profissional?
pg. 9	Aprendizagem baseada em Projetos (ABP)
pg. 11	Panorama

Cronograma	pg. 14
Procedimentos para o professor	pg. 16
Considerações finais	pg. 22
Referências Bibliográficas	pg. 23

Apresentação

Aprender de forma ativa, com o auxílio das tecnologias de comunicação e informação; desenvolver habilidades para o mundo do trabalho; refletir sobre os direitos e deveres do cidadão, numa perspectiva de formação integral do ser humano.

Esses objetivos orientam o presente produto educacional, que faz parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, cuja dissertação foi intitulada "Aprender Direito por meio de Projetos: uma proposta para os cursos técnicos do Instituto Federal de Rondônia, campus Porto velho Zona Norte" (disponível em [inserir link](#)).

O material foi elaborado com o intuito de servir como um guia de planejamento e desenvolvimento de um projeto para o ensino de direito em cursos técnicos inspirado nos pressupostos da aprendizagem baseada em projetos.

Escolhemos abordar essa combinação porque consideramos que capturar a atenção do estudante para os temas de Direito, seja como conteúdo transversal ou em disciplina específica na grade curricular, possibilita o desenvolvimento crítico e emancipatório do mesmo, ao permitir a apropriação da cultura de normas que regulam a vida em sociedade e explicam seus mecanismos. Além disso, percebemos que não existem materiais com base na ABP para o ensino do Direito em cursos técnicos, e poucas são as publicações sobre metodologia em língua portuguesa.

A ideia deste material é, portanto, oferecer aos professores um guia para implementar a ABP em temas de Direito de forma simples e prática. Para tanto, apresentaremos uma amostra do projeto realizado com estudantes do curso técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Rondônia, campus Porto Velho Zona Norte, nos meses de maio a julho de 2021. O projeto servirá apenas como exemplo; ele pode ser adaptado aos objetivos, recursos e contexto de aprendizagem.

Cássia Luciana de Melo Lima
autora

Como usar este material

Este guia tem como público alvo professores da educação profissional cujo objeto de ensino é o Direito, e buscam inovar a prática docente por meio de métodos que valorizam a participação ativa do estudante.

Sugerimos a Aprendizagem Baseada em Projetos, compreendida como um método ativo de ensino que "consiste em permitir que os alunos confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos, determinando como abordá-los e, então, agindo cooperativamente em busca de soluções" (BENDER, 2014, p. 9).

Nas páginas seguintes você encontra sugestões para a realização de um projeto de ensino sobre Direito do Trabalho destinado a estudantes de cursos técnicos, esperando que ajude você, professor, a ter uma ideia de como a metodologia ABP pode ser aplicada.

Ele foi organizado utilizando os aspectos pontuados na página seguinte. Vale lembrar novamente que é apenas um modelo e, por isso, pode não se aplicar completamente ao seu contexto, o que significa que você pode/deve ajustar de acordo com as necessidades.

Panorama: apresenta uma visão geral do projeto, exibindo objetivos, motivo de escolha do tema, duração, como envolver os alunos e outras informações pertinentes.

Cronograma: esta parte tem por finalidade auxiliar na organização, especificando objetivos, os papéis do professor e dos alunos e os recursos necessários, distribuídos por semana.

Procedimentos para o professor: É uma descrição do desenvolvimento das etapas/semanas e encontros. Sugerimos atividades e conteúdo.

Recursos: fornecemos links externos com modelos de formulários e ferramentas virtuais que podem ser úteis no desenvolvimento do projeto. Existem infinitos recursos que facilitam a vida tanto do estudante como do professor, ao mesmo tempo em que torna a experiência de aprendizagem mais interessante.

Nosso principal objetivo é que os estudantes desenvolvam autonomia e sintam-se agentes do seu processo de aprendizagem.



Porque aprender direito na educação profissional?

O direito está em todo lugar

Comprei um produto e veio com defeito, posso trocar? Alguém escreveu um comentário ofensivo nas redes sociais de um amigo, isso é liberdade de expressão? Vi no jornal uma abordagem bastante violenta da polícia em uma comunidade, pode ser assim? Afinal, qual a função de um deputado? A carteira assinada é um direito importante ou é o que me faz estar desempregado? Essas são perguntas que certamente muitos se fazem e todas elas envolvem o conhecimento do direito.

Segundo Abdalla (2020) a vida em sociedade é cada vez mais complexa, por isso é fundamental que os jovens possam ter acesso ao menos a noções básicas de seus direitos e deveres, assim serão cidadãos mais conscientes e emancipados. O direito é parte do nosso cotidiano, conhecê-lo, ao menos nas suas noções básicas não pode ser um privilégio de uns poucos esclarecidos, mas uma oportunidade para todas e todos.

Educação integral

Propor uma Educação Profissional integral significa também inserir os/as estudantes de forma plena no mundo do trabalho, como profissionais conscientes de seus direitos e deveres (MOURA, 2013).

O direito de conhecer seus direitos

Se a educação é dever do Estado (art. 205, CRFB), e o mesmo Estado obriga o conhecimento de todos a respeito da legislação (art. 3º, LINDB), o estudo do Direito, ainda que básico, é direito fundamental de todos e dever do Estado.

Trabalho humamente enriquecedor

O profissional consciente dos seus direitos tem mais instrumentos para fazer frente ao avanço de mecanismos de precarização do trabalho e construir um percurso profissional humamente enriquecedor (KUENZER, 2007).

Formar cidadãos conscientes

Muito mais do que transmitir conteúdos, a escola é um espaço que promove a formação para a vida em sociedade, a cidadania e o mundo do trabalho. As noções de direito na Educação Profissional e Tecnológica são uma expressão concreta do papel da escola.

Aprendizagem baseada em Projetos (ABP)

A Aprendizagem baseada em projetos (ABP) é considerada uma prática altamente eficaz para a educação no século XXI. Por meio dela, os/as estudantes tem a oportunidade de trabalhar com problemas reais e significativos, colaboram entre si na construção de soluções e apresentam resultados concretos para os desafios propostos. Esses elementos contribuem para melhorar o entusiasmo pelo aprendizado, o interesse nos conteúdos e temas abordados e, conseqüentemente, o desempenho acadêmico.

A popularidade da ABP é fruto da percepção de que a educação precisa se adaptar ao mundo contemporâneo, especialmente o mundo do trabalho, cada vez mais complexo e para o qual apenas o conhecimento teórico dos conteúdos não é suficiente, mas também elementos como criatividade, envolvimento, iniciativa, trabalho em equipe, diálogo, dentre outros (Buck Institute for education, 2008). A ABP, nesse sentido, pode ser um instrumento de superação do binômio teoria-prática ao proporcionar experiências concretas de uma prática que iluminam a teoria e teoria que nasce e alimenta a prática (NOVELINO BARATO, 2008).

Aprendizagem Baseada em Projetos aplicada as aulas de Direito do Trabalho em cursos técnicos

Nossa proposta baseia no ensino participativo, inspirado nos pressupostos da Aprendizagem Baseada em Projetos. Os(as) participantes aprenderão por meio de duas estratégias principais:

- Experiência refletida como estudante que aprende por meio de projetos: vivenciando dinâmicas e refletindo sobre a sua participação, os(as) estudantes serão capazes de atribuir importância a aprendizagem baseada em projetos
- Construção de conhecimento e elaboração de material didático de maneira co-criativa: trabalhando conjuntamente para conceber e criar material didático de Direito do Trabalho destinado a estudantes de curso técnico, os estudantes terão a oportunidade de conhecer e refletir sobre a legislação aplicável às relações de trabalho no Brasil.

O projeto segue a proposta de Bender (2014) apresentada no esquema a seguir.

Elementos essenciais da ABP

Características úteis para a construção de projetos de ensino baseados na ABP



1. Âncora: apresentação do projeto através de um vídeo/animação, a fim de tornar o projeto interessante para os estudantes



2. Questão motriz: Elaboração de questões de Direito do Trabalho para serem enfrentadas no desafio de elaborar material didático para tornar o estudo de Direito mais envolvente e significativo.



3. Voz e escolha dos alunos: Realização de brainstorming sobre métodos e estratégias que tornam a aprendizagem mais significativa.



4. Processos específicos para investigação e pesquisa: Organização das equipes; estabelecimento de calendário, cronograma, tempos limites e metas.



5. Investigação e inovação dos alunos: aula expositiva e indicação de material complementar para auxiliar na elaboração do produto final.



6. Cooperação e trabalho: especificação de papéis dos membros do grupo; participação em dinâmicas (padlet, persona, world coffee).



7. Oportunidades para reflexão : realização de encontros semanais para realizar atividades práticas e refletir sobre a dificuldades e aprendizagens



8. Feedback e revisão : preenchimento de formulário de avaliação e autoavaliação, e momento para feedback dos estudantes



9. Apresentação pública dos resultados do projeto : os produtos finais serão apresentados aos professores e estudantes.

Panorama

Questão norteadora:

Como aprender Direito do Trabalho de forma envolvente e significativa?

Objetivo

O objetivo deste projeto é engajar os estudantes em discussões sobre a importância de conhecer as leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que refletem sobre os próprios processos de aprendizagem. Eles listarão, explorarão e analisarão normas de Direito do Trabalho, e também serão expostos a diferentes técnicas de aprendizagem para que possam decidir como e qual tema gostariam de aprender.

A pesquisa se concentrará nos elementos do contrato de trabalho, desde admissão até demissão. Aconselhamos que o alvo seja os direitos garantidos ao trabalhador pela Consolidação das Leis Trabalhistas, para que os estudantes possam buscar exemplos na própria prática, caso já estejam imersos em uma relação de emprego, ou na vida profissional dos familiares e amigos.

Ao entender e aprender sobre Direito do Trabalho, os estudantes serão desafiados a produzir um material didático que possa tornar o direito mais interessante e motivador para outros estudantes.

Porque este ramo do Direito?

Os estudantes de cursos técnicos estão se preparando para o mundo do trabalho, ou já se encontram imersos nele. Assim, nada mais importante do que conhecerem as regras pelas quais deverão se guiar nos próximos anos de suas vidas. Além disso, o resultado desse projeto pode influenciar a mentalidade dos estudantes e ajudá-los a entender sobre a forma como aprendem melhor.

Etapas do projeto

Este projeto foi planejado para ser desenvolvido em, no mínimo, quatro semanas (ou etapas), contando com um encontro por semana e tendo como suporte um ambiente virtual de aprendizagem (moodle, por exemplo).

A primeira semana tem como foco a integração dos alunos e o engajamento ao projeto. Nesta etapa os estudantes irão conhecer o projeto e realizar duas atividades práticas: construir um mural coletivo e criar um persona.

Na segunda semana serão apresentados conceitos e métodos para dar suporte à realização das atividades. O professor deverá disponibilizar materiais e recursos de estudo no ambiente virtual de aprendizagem. Dessa forma, os estudantes podem (e devem) acessar, de maneira independente, o ambiente e os conteúdos, incluindo textos, links, vídeos e imagens.

Na terceira semana os estudantes irão trabalhar na elaboração de um material didático com tema voltado ao Direito do Trabalho.

A última semana consiste na apresentação do material didático criado pelas equipes.

Mantendo os estudantes envolvidos

É importante conscientizar os estudantes de que o esforço que eles colocarem neste projeto pode eventualmente levar a mudanças positivas na maneira como aprendem e na forma como os professores ensinam. Encorajar os estudantes a contarem fatos jurídicos envolvendo questões trabalhistas, ou contar histórias pessoais também pode ser uma boa forma de manter a atenção dos estudantes.

O que os/as estudantes vão aprimorar ou aprender?

Competências e habilidades para o mundo do trabalho

Pensamento crítico; trabalho colaborativo; pesquisa; comunicação; criatividade e inovação

Conteúdo de Direito do Trabalho

- Relações de trabalho e emprego
- Os direitos trabalhistas previstos na CF/88
- Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT
- Contrato de trabalho
- Direitos do trabalhador

Questões para auxiliar a reflexão

- É importante conhecer os direitos trabalhistas?
- Quais conteúdos de Direito do Trabalho tenho curiosidade em saber?
- Como eu aprendo melhor?
- Qual a importância do trabalho e da educação?
- Por que aprender Direito do Trabalho?
- Existe uma forma ideal para aprender? Qual?
- Quais os principais problemas pelas quais os estudantes não aprendem Direito?

Ferramentas úteis para alcançar os objetivos

- Leitura do artigo 7º da Constituição Federal e a CLT;
- Vocabulário de termos e conceitos do mundo jurídico;
- Debate sobre estratégias de aprendizagem vivenciadas;
- Produção coletiva de material didático.

Tópicos interdisciplinares

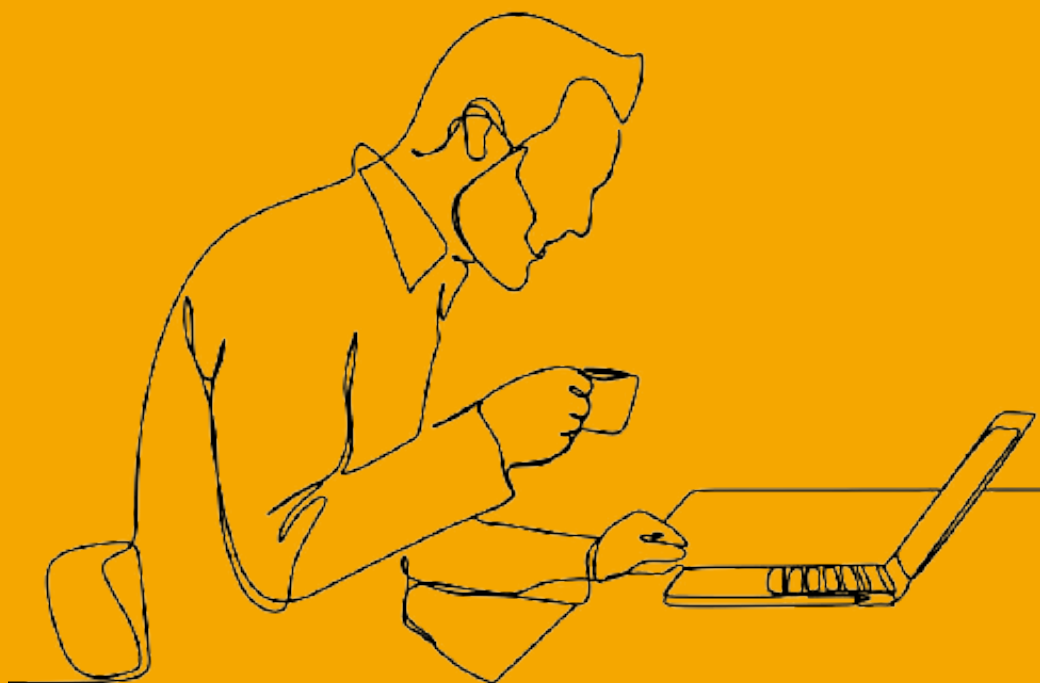
Língua portuguesa, história e artes.

Produto final

Material didático: jogo, vídeo, cartilha, infográfico, etc.

Público

Professores e estudantes de cursos técnicos.



Cronograma

Semana 1

Objetivos: Conhecer o projeto; refletir sobre a importância do Direito; listar direitos trabalhistas que gostaria de investigar; formar equipes de trabalho.

Papel do Professor: Apresentar o projeto; diagnosticar quais direitos trabalhistas que os estudantes conhecem; auxiliar os estudantes a se organizarem em grupos.

Papel do aluno: Interagir com o grupo; indicar temas de direito trabalhista pra investigação; escolher a equipe de trabalho.

Recursos: E-portifólio; Formulário.

Semana 2

Objetivos: Refletir sobre casos trabalhistas reais ou fictícios; definir quais direitos trabalhistas serão estudados; planejar estratégias para investigação e pesquisa.

Papel do Professor: Explicar o artigo 7º da CF/88; indicar fontes de direito do trabalho e monitorar a o planejamento dos grupos de estudo.

Papel do aluno: Assistir um vídeo; discutir sobre os direitos do trabalhador e o desemprego; ler o artigo 7º da CF/88; decidir, em grupo, qual tema e estratégias vão utilizar para investigar questões de Direito do Trabalho.

Recursos: Vídeo; artigo da CF/88.

Semana 3

Objetivos: Discutir ideias para a produção de material didático; escolher quais ideias serão desenvolvidas; iniciar o processo de produção do material didático sobre direito trabalhista.

Papel do Professor: Apresentar diferentes possibilidades de materiais didáticos; disponibilizar textos que abordem os temas escolhidos pelos alunos; acompanhar a produção dos alunos.

Papel do aluno: Tomar nota sobre os diferentes tipos de materiais didáticos; escolher uma opção de material didático e investigar similares; ler os textos fornecidos pela professora e pesquisar outras fontes; começar a produção do material

Recursos: Ferramentas virtuais de produção de conteúdo e atividades: canva; kahoot; powtoon; crosswords lab; etc.; Textos digitais.

Semana 4

Objetivos: Finalizar e apresentar o produto final.

Papel do Professor: Organizar as apresentações; ajudar os estudantes a fazer ajustes e incorporar ideias de outros estudantes; auxiliar a auto-avaliação dos/das estudantes.

Papel do aluno: Apresentar o produto final; assistir as apresentações dos outros grupos e dar sugestões, auto-avaliar o próprio aprendizado e o trabalho em grupo.

Recursos: Formulário de avaliação do produto final para professores e alunos.

Procedimentos para o professor

SEMANA 01

Na primeira etapa do processo, os estudantes vão identificar questões trabalhistas presentes em seu contexto e que gostariam de responder. Encoraja-os a falar sobre suas atividades, sua família, as regras da casa. Esse é o momento pra conhecer os estudantes, integrá-los e perceber afinidades.

Escolher uma situação que afete os estudantes e com a qual eles se preocupem poderá garantir o engajamento ao projeto. Portanto, crie um espaço onde eles possam sentir-se a vontade para contar suas histórias e expressar suas opiniões.

Para definir o tema que mobilizará os estudantes, você pode partir do próprio interesse deles, ou seja, permita que escolham livremente o que querem investigar. Neste caso, as amarrações entre o tema escolhido e os objetivos que você deseja alcançar deverão ser feitos por você ao longo do projeto.

Você também pode sugerir um determinado conteúdo, como por exemplo o contrato de trabalho, e os estudantes escolhem um problema dentro deste tema. Esta proposta irá percorrer este caminho.

Momento do encontro

Inicie o encontro apresentando uma visão geral do projeto. Você pode usar o panorama descrito nas linhas anteriores. Explique também que, no final, eles deverão produzir um artefato que represente o que aprenderam no processo.

Em seguida, mostre aos estudantes um trecho de filme ou novela que envolva tema de direito do trabalho. Você pode escolher um, dentre os que estão disponíveis na internet, mas assegure-se de que o conteúdo seja descontraído ou engraçado, para chamar a atenção do estudante. A telenovela brasileira *Cheias de Charme*, produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão, é um bom exemplo a ser explorado.

Vídeo sugerido

A cena da novela Cheias de Charme em que Maria Aparecida pede demissão depois de anos trabalhando como empregada doméstica em regime de quase escravidão para a família Sarmento, sugere uma relação nada saudável entre empregado e empregador, e pode servir para discutir violações aos direitos do trabalhador.

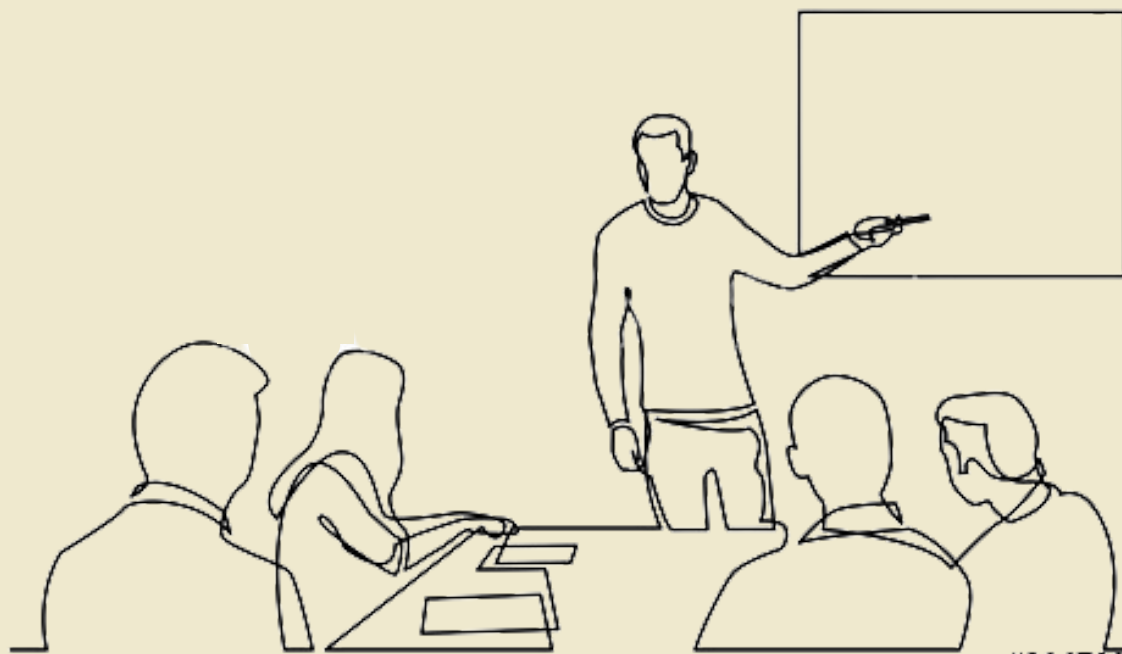
Aqui está o link do vídeo: <https://globoplay.globo.com/v/2004014/>.

Faça uma lista de perguntas que os alunos devem observar enquanto assistem o vídeo, como por exemplo: Qual é a relação de trabalho apresentada? Quem é o chefe? O que o trabalhador está fazendo? O trabalho é realizado durante o dia ou a noite? Em sua opinião, houve algum direito violado na cena apresentada? No vídeo sugerido ainda é possível questionar sobre os direitos decorrentes do término de um contrato de trabalho.

Peça aos estudantes que construam coletivamente um mural contendo os direitos trabalhistas que eles conhecem. O trabalho pode ser feito manualmente, com o uso de cartolinas e canetas coloridas, ou em ambiente virtual. Como ferramenta virtual, sugiro o serviço disponível em <https://pt-br.padlet.com/>, uma plataforma web colaborativa em que os usuários podem carregar, organizar e compartilhar conteúdo em quadros de aviso.

Em seguida, organize a turma em pequenos grupos (três ou quatro pessoas). Disponibilize o modelo do mapa da empatia ([clique aqui para download](#)) e peça para preencherem os itens, tendo como missão, criar um personagem trabalhador. Peça para que apresentem seu personagem para a classe e converse sobre a importância do trabalho justo e honesto para o desenvolvimento da sociedade.

No final da aula, apresente a questão norteadora e as etapas do projeto, e permita algum momento para questionamentos e discussão.



SEMANA 02

Nesta etapa os estudantes buscarão aprofundar os conhecimentos sobre a questão trabalhista escolhida. Conduza-os no processo de pesquisa e investigação. É hora de ouvir, ler, assistir vídeos, observar, anotar. Incentive-os a pensar no próprio processo de aprendizagem, observando o que gostam de fazer e quais materiais possibilitam melhor entendimento do conteúdo.

As questões a serem investigadas deverão ser definidas nesse momento. Procure observar o que desperta a atenção dos estudantes, e instigue-os a pesquisar notícias, textos e vídeos que tratem do assunto. Aproveite o momento para levar um pouco de teoria, abordando conceitos básicos de Direito e leis trabalhistas.

O objetivo dessa etapa é construir conhecimentos sobre Direito do Trabalho e refletir sobre os processos de aprendizagem. O professor pode preparar uma aula expositiva sobre o(s) tema(s) escolhidos pelos estudantes, ou indicar vídeos sobre o conteúdo.

Oriente os estudantes a registrar e documentar tudo o que conseguirem aprender. Esses registros serão matéria prima para a produção de um material didático (vídeo, jogo, infográfico, etc.) ao final do projeto.

Momento do encontro

Inicie o encontro firmando um contrato de aprendizagem (Anexo I) com os estudantes. Eles terão a oportunidade de refletir sobre normas e regras, e construir os conceitos de Direito e contrato.

Em seguida, faça com os estudantes uma lista de perguntas sobre o que gostariam de saber sobre o Direito do Trabalho. Peça-os que elejam algumas dessas questões e pesquise as respostas na internet. Depois, forneça os sites para que os estudantes possam orientar seus estudos durante a semana.

Em seguida, escreva a palavra “APRENDER” no quadro. Peça aos estudantes que falem, aleatoriamente, palavras ou frases que vem à mente quando ouvem essa palavra. Em seguida, peça que trabalhem em pares ou trios no preenchimento de um cartão (Anexo II) com duas colunas: uma com a palavra DIREITO e outro com a palavra ERRADO.

Permita-lhes algum tempo para pensar nos próprios processos de aprendizagem, colocando em uma coluna as formas de aprender que eles consideram significativas, e na outra, atitudes a serem evitadas nos processos de aprendizagem. Peça que compartilhem com a turma o que escreveram. Aproveite o momento para conversar sobre a importância de aprender sobre as normas de direito que regulam a vida na sociedade brasileira.

A próximo passo será uma aula expositiva. Slides coloridos, com elementos animados costumam chamar bastante a atenção dos estudantes. Prepare-se para apresentar conceitos básicos sobre Direito do Trabalho, como a história, os princípios gerais e direitos básicos do trabalhador. Se possível, grave a aula e disponibilize para que os estudantes possam assisti-la depois. Sugiro que você utilize o [Canva for Education](#). É 100% gratuito para professores.

Para finalizar o encontro, realize a dinâmica “[World cooffe](#)”, para levantar ideias e definir o material didático a ser produzido e qual conteúdo vai ser trabalhado. Para realizar a dinâmica, os estudantes, organizados em pequenos grupos e sob a supervisão do professor, deverão criar um protótipo do material a ser produzido, preenchendo um formulário (Anexo III). Os grupos deverão trocar-se, em rotatividade, de modo que os estudantes possam conhecer e opinar sobre os trabalhos dos outros grupos.



SEMANA 03

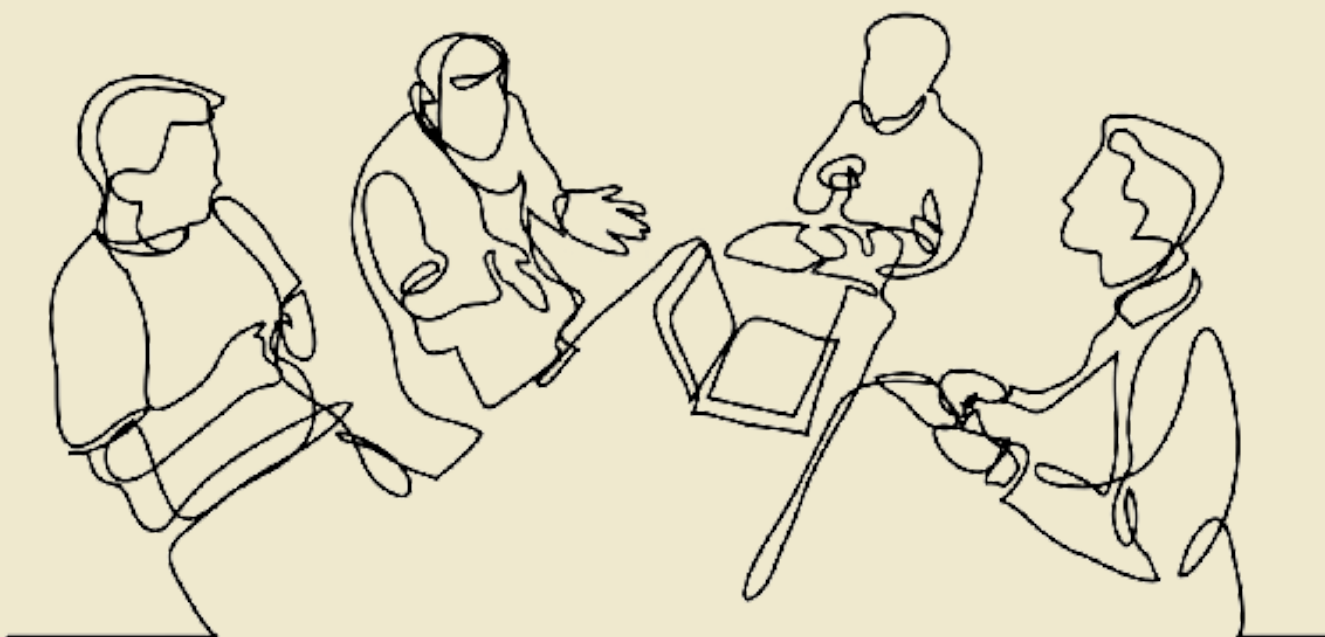
Nesta etapa os estudantes deverão concretizar suas ideias. Este encontro é uma boa oportunidade para os estudantes avaliarem suas habilidades. Elabore um formulário de avaliação do produto final e entregue aos estudantes para que eles saibam quais critérios serão utilizados.

Momento do encontro

Neste ponto os estudantes já sabem o que vão fazer. Lembre-se que o trabalho deverá ser realizado em grupo. Portanto, é importante que eles organizem um cronograma, atribuindo funções diferentes para cada componente do grupo a fim de evitar que apenas um realize o trabalho por todos. Se o grupo decidir elaborar um roteiro de aprendizagem, por exemplo, um aluno pode ficar responsável por pensar o roteiro, o outro pode escrever, outro pode ilustrar, etc.

Planeje com os alunos o que será possível fazer durante o encontro e estabeleça atividades para finalizar o trabalho em casa. Certifique-se de acompanhar esse processo inicial bem de perto, e solicite aos estudantes que enviem rascunhos do que for feito no decorrer da semana para que você possa fazer correções e incorporar ideias.

Talvez você precise dar mais algumas semanas para que os estudantes entreguem o trabalho. O produto final pode ser um roteiro de aprendizagem, um livro, um vídeo, uma história em quadrinhos, uma peça, ou qualquer outra coisa que seja possível ser transcrita em um suporte.



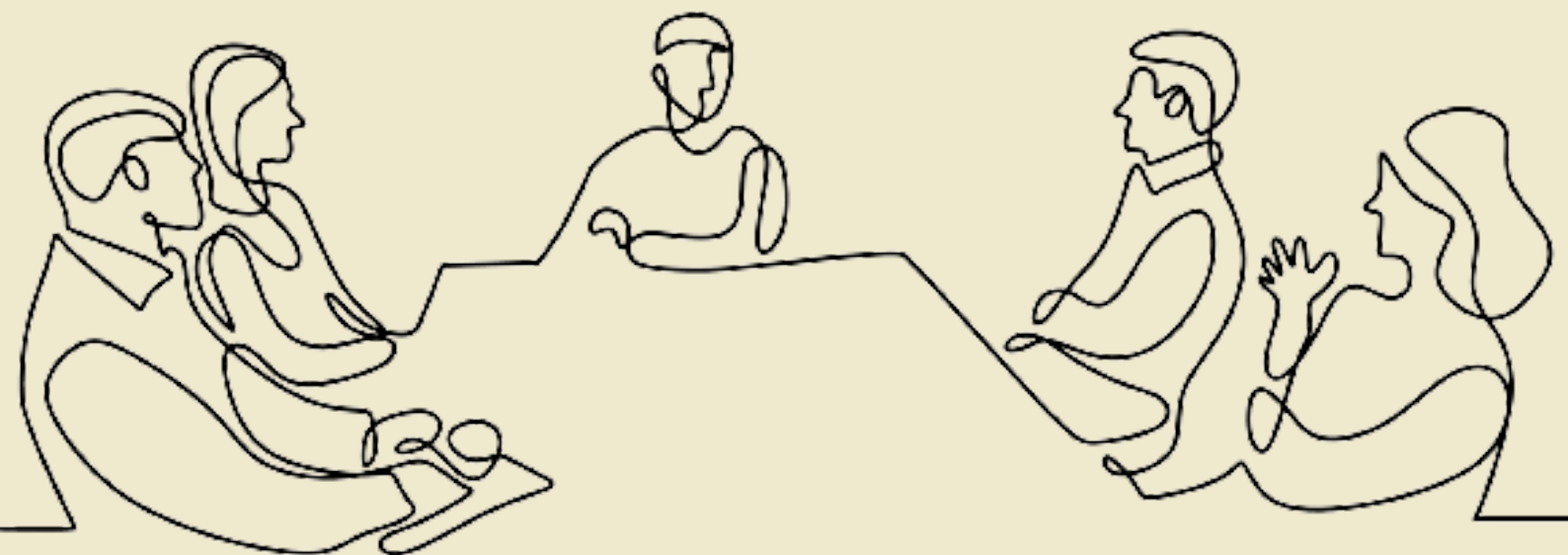
SEMANA 04

Chegou o momento de compartilhar e celebrar o esforço dos estudantes. Os estudantes deverão apresentar o produto e relatar como foi o processo de produção.

Elabore um formulário de autoavaliação para esse dia e entregue cópias para os estudantes, que deverão preenchê-lo e dar feedback ao final do encontro.

Momento do encontro

Para a apresentação, você pode planejar um dia especial de lançamento (exposição) do produto final para os professores e outros estudantes.



Considerações Finais

A Aprendizagem baseada em projetos (ABP) surgiu nas primeiras décadas do século XX, especialmente estimulada pela reflexão de John Dewey e foi aplicada inicialmente no ensino de medicina, se estendendo posteriormente à educação básica e, até o momento, se consolidando gradualmente como uma das mais efetivas metodologias educativas para o século XXI (BENDER, 2014).

Ainda assim, a prática cotidiana em sala de aula apresenta desafios: por parte dos educadores e das educadoras é preciso ampliar os horizontes didáticos tradicionais da formação e arriscar-se no processo de tornar-se professor-mediador e devolver aos alunos e alunas o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem; por parte dos alunos e alunas a ABP estimula a abandonar a postura de escuta passiva e a se envolver por completo no processo, com sua voz, sua criatividade, conhecimentos prévios, capacidade de diálogo, etc.

Sem dúvida o ensino tradicional nos acostumou a formatos outros de educação, aprender o novo que a ABP oferece pode ser difícil no começo. Certamente, haverá erros e acertos por parte do professor e os alunos podem demorar um pouco para entender o porquê de, agora, terem que envolver mais capacidades além de ouvir, anotar e memorizar. É importante ter consciência de que o erro, o desafio, o entender aos poucos, também são elementos da aprendizagem e a ABP ajudar entendê-los assim e não perder o foco.

A aprendizagem do direito no contexto do ensino profissional também é desafiadora, pois ainda que seja uma das dimensões previstas no arranjo legal vigente, a escola ainda tem dificuldades (além de tantas outras) para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Projetos de ensino como esse que apresentamos não resolvem todo o problema (nem sequer pretendem), apenas oferecem caminhos e primeiros passos. Outras experiências, somadas a esta, vão compor um leque mais amplo de possibilidades.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, Gustavo. **Projeto para a educação:** noções básicas de direito no ensino médio e a sua importância. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/332044/projeto-para-a-educacao--nocoas-basicas-de-direito-no-ensino-medio-e-a-sua-importancia>. Acesso a 14 jul. 2021.

BENDER, Wiliam. **Aprendizagem baseada em projetos:** educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. **Aprendizagem baseada em projetos:** guia para professores do ensino fundamental e médio. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade** , v. 28, p. 1153-1178, out. 2007.

MOURA, Dante. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Sociedade**, v. 39, p. 705-720, jul.-set. 2013.

NOVELINO BARATO, J. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a educação profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 34, n. 3, p. 4-15, 19 dez. 2008.

Anexo I – Contrato de Aprendizagem

DAS PARTES

Estudante:

Professor:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Aprendizagem, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. O presente instrumento tem por objeto a construção de conhecimentos de Direito do Trabalho e produção de material didático pelo estudante, que se compromete a desempenhar seu trabalho nos termos ajustados.

DO PROJETO

Cláusula 2ª. Os trabalhos deverão ser realizados no Laboratório de Direito, que consiste em uma proposta de aprendizagem híbrida, pautada em estudos individuais autônomos e grupos de produção ativa.

DA EMENTA

Cláusula 3ª. De caráter teórico-prático, o Laboratório de Direito deverá articular, aprofundar e integrar conhecimentos sobre os fundamentos do Direito do Trabalho e as normas atuais que regulam as relações de trabalho no Brasil.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Cláusula 4ª. O laboratório de Direito investigará os seguintes conteúdos:

1. História do Trabalho
2. Reforma trabalhista
3. Relações de trabalho e emprego
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social
5. Terceirização

6. Contrato Individual de Trabalho
7. Jornada de Trabalho
8. Salário e Remuneração
9. Trabalho do menor
10. Trabalho em tempos de pandemia

Parágrafo único. Os estudantes podem escolher um ou mais temas para investigar e produzir, podendo, inclusive, inserir outros temas que não estejam elencados nesta cláusula.

DO PERCURSO DIDÁTICO

Cláusula 5ª. A proposta pautar-se-á nos pressupostos da Aprendizagem Baseada em Projetos, e os(as) estudantes aprenderão por meio de duas estratégias principais:

1. Experiência refletida como estudante que aprende por meio de projetos: vivenciando dinâmicas e refletindo sobre a sua participação, os(as) estudantes serão capazes de atribuir importância a aprendizagem baseada em projetos no ambiente virtual ou presencial;
2. Construção de conhecimento e elaboração de material didático de maneira cocriativa: trabalhando conjuntamente para conceber e criar conteúdo e roteiros de aprendizagem sobre Direito do Trabalho, os estudantes terão a oportunidade de conhecer e refletir sobre a legislação aplicável às relações de trabalho no Brasil.

Cláusula 6ª. O projeto terá o formato de um curso com 40 (quarenta) horas de carga horária, contando com um encontro presencial por semana e interação entre professor e estudante por meio de plataforma virtual e redes sociais.

Cláusula 7ª. O estudo seguirá a seguinte proposta.

1. Âncora
2. Questão motriz
3. Voz e escolha dos alunos
4. Processos específicos para investigação e pesquisa
5. Cooperação e trabalho em equipe
6. Oportunidades para reflexão
7. Feedback e revisão
8. Apresentação pública dos resultados dos projetos

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 8ª. O estudante compromete-se a participar dos encontros (virtuais ou presenciais), acessar semanalmente o ambiente virtual e realizar as atividades propostas.

§ 1º Não sendo possível a participação nos encontros, o estudante deve justificar sua ausência.

§ 2º Nos casos de dúvidas quanto ao conteúdo ou realização das atividades propostas, o estudante poderá dirimi-las nos encontros ou entrar em contato com o professor por telefone ou e-mail.

Cláusula 9ª. O professor é responsável pela organização do ambiente virtual de aprendizagem, sugerindo conteúdo e atividades, e por orientar o estudante no processo investigativo.

DA AVALIAÇÃO

Cláusula 8ª. A avaliação ocorrerá ao longo do processo, de modo a permitir ação-reflexão-ação, e considerará os seguintes requisitos:

1. Participação nas atividades individuais e/ou em grupo;
2. Realização das atividades propostas;
3. Produção de material didático sobre Direito do Trabalho.

Parágrafo único. Os estudantes deverão avaliar seus pares, além de fazer uma autoavaliação.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento.

Cidade, dia/mês/ano.

Anexo II - Card para trabalho em grupo

<i>Direito</i>	<i>Errado</i>

Anexo III – Formulário para elaboração do protótipo

<i>meu canvas:</i>		<i>produto:</i>	
<p>PRA QUEM FAZER?</p> <ul style="list-style-type: none">• PRA QUEM ESTAMOS CRIANDO?• COMO IRÁ REPERCUTIR EM AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO?• QUAL SUPORTE?	<p>O QUE FAZER?</p> <ul style="list-style-type: none">• QUAL MATERIAL DIDÁTICO SERÁ PRODUZIDO?• QUAIS CONTEÚDOS PODERÃO SER ESTUDADOS?	<p>COMO FAZER?</p> <ul style="list-style-type: none">• QUAIS TAREFAS SERÃO REALIZADAS?• QUAIS ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS SERÃO UTILIZADAS?• QUEM FAZ O QUE?	
<p>ESTRUTURA DE CUSTOS</p> <ul style="list-style-type: none">• QUAIS OS CUSTOS ENVOLVIDOS?		<p>FLUXO DE RECEITA</p> <ul style="list-style-type: none">• QUEM CONTRIBUIRÁ COM O PAGAMENTO DOS CUSTOS?	

